



João Manuel Bairrão Oleiro

Abrantes: 15 de janeiro de 1923

Lisboa: 11 de junho de 2000

João Manuel Bairrão Oleiro (Abrantes, 15 de Janeiro de 1923; Lisboa, 11 de Junho de 2000) destacou-se pelos seus estudos sobre a arqueologia romana.

Depois de concluída a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra em 1947, ingressou como Assistente daquela Universidade em 1953. Deve-se-lhe a proposta da criação, aprovada pelo Conselho Escolar da Faculdade de Letras, a 23 de Novembro de 1954, do Instituto de Arqueologia, que tanto serviços tem prestado ao País desde então. Em 1959 fundou a revista *Conimbriga*, editada pelo referido Instituto, cuja publicação prosseguiu ininterruptamente até hoje. E a trilogia ficaria completa com criação do Museu Monográfico de Conimbriga, igualmente de sua iniciativa, em 1962, que dirigiu até 1967: obra notável que rasgou horizontes à musealização de sítios arqueológicos em Portugal, em estreita articulação com a apresentação pública das colecções resultantes das escavações que ali vinham sendo até então realizadas pela DGEMN. O visionário juntava-se assim ao pragmático, ao criar, primeiro, as condições objectivas para a leccionação na Universidade de Coimbra da Arqueologia em moldes modernos, seguida da oferta das possibilidades objectivas para os seus alunos e futuros colaboradores prosseguirem investigações de terreno especialmente em Conímbriga, oferecendo-lhes depois condições privilegiadas para publicarem, em revista própria, os resultados das mesmas. Ao mesmo tempo que a biblioteca do Instituto se nutria de compras e permutas de obras desconhecidas em Portugal, a sua cativante maneira de ser facilitava o estabelecimento profícuo de relações com arqueólogos portugueses e de além-fronteiras. Neste aspecto, frequência dos Cursos de Verão de Ampúrias propiciou-lhe o convívio com alguns dos eminentes arqueólogos que ali leccionavam, abrindo-lhe perspectivas para o que poderia vir a ser feito em Portugal no âmbito da investigação, recuperação e musealização, designadamente em Conímbriga. Neste aspecto, assumiu importância decisiva o estabelecimento entre o Museu de Conimbriga e a Missão Arqueológica Francesa estabelecida em Portugal de estreita colaboração, que iniciou e dirigiu entre 1964 a 1967, a qual esteve na origem do decisivo impulso das escavações em Conímbriga, depois prosseguidas pelos seus discípulos Jorge Alarcão e Adília Alarcão e das magníficas publicações monográficas delas resultantes.

Outra faceta marcante de Bairrão Oleiro foi a sua intervenção pública no âmbito da gestão do património arqueológico português, pugnando sempre pela sua defesa e valorização, incluindo a sua musealização. Com efeito, desde o início da sua carreira científica integrou, como Vogal, a Junta Nacional da Educação (1951), até à sua extinção, em 1977, onde assumiu desde logo actuação empenhada e sempre marcada pelo rigor e elegância, que lhe valeram o respeito dos seus pares. Mais tarde, abandonada a Universidade de Coimbra (em 1959), integrou os quadros do Ministério da Educação Nacional, onde os seus méritos como mentor e organizador da estrutura que tutelava a área da Arqueologia e das Belas Artes justificam os altos cargos que sucessivamente ali desempenhou, até o de Director-Geral dos Assuntos Culturais (1971-1974), que culminava então o *cursus honorum* no funcionalismo público.

No âmbito de tais funções, foi autor de estudos fulcrais sobre a reorganização da actividade arqueológica em Portugal e de pareceres e despachos notáveis, que resumiam todo o seu pensamento, e que muito contribuíram para a dignificação da prática da Arqueologia em Portugal. Concluiu a sua longa carreira pública como Vice-Presidente do Instituto Português do Património Cultural, cargo que exerceu entre 1987 e 1990, ano em que pediu a exoneração.

As suas responsabilidades na adopção das melhores estratégias para o estudo e salvaguarda do rico acervo arqueológico do país, sucessivamente mais exigentes, resultaram em prejuízo da sua carreira científica e universitária, protelando a realização de estudos fundamentais que pretendia realizar. A sua primeira publicação dedicada à arqueologia romana não por acaso dedicada ao *oppidum* de Conímbriga (1947), logo seguida do notável estudo do retrato do imperador Galieno (1950), bem como os trabalhos que se lhe seguiram, constituíam sempre novidades do maior interesse para o conhecimento da arqueologia romana em Portugal, onde a sólida erudição se compagina com indisfarçável entusiasmo, tornando-os ainda hoje de leitura cativante e obrigatória – fossem sobre mosaicos, vidros, cerâmicas, estatuária ou a própria arquitectura romana – auguravam-lhe carreira científica notável.

Já depois de implantado o regime democrático, assumiu, entre 1975 e 1977, o cargo de Director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, permitindo-lhe, fugazmente, a retoma de contacto directo com a museologia, onde a sua acção se estendeu à formação de técnicos nessa área, visto ter sido Director e Professor do Curso de Conservadores de Museus que funcionou durante anos no Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). Felizmente, as suas notáveis capacidades científicas e pedagógicas neste domínio puderam ser ainda bem aproveitadas: desde 1976/1977 até à jubilação, em 1993, teve oportunidade de formar uma nova geração de alunos universitários, como Professor Catedrático convidado da Faculdade Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para leccionar disciplinas de História da Arte da Antiguidade no Departamento de História de Arte. Reconhecidos, os seus discípulos, colegas e antigos alunos ofereceram-lhe volume de homenagem, coordenado por M. Justino Maciel, publicado em 1996.

A dedicação à causa pública obrigou-o a protelar a sua investigação pessoal, deixando incompleta obra que muito acarinhava, o *Corpus* dos Mosaicos Romanos de Portugal, temática a que significativamente dedicou a sua “última aula” na Universidade Nova de Lisboa, a 3 de Junho de 1993. O primeiro volume – o único por si organizado – dedicado aos mosaicos da sua Conímbriga (*Casa dos Repuxos*), publicado em 1992 mereceu o Prémio Gulbenkian de Arqueologia de 1993/1994. Obra tardia na trajectória pessoal do autor, mas ainda hoje seminal pelas razões que ele próprio, muitos anos antes justificava (carta de 16 de Janeiro de 1962 a Octávio da Veiga Ferreira), do seguinte modo: “Mais do que de sínteses apressadas (tão na moda), do que nós necessitamos é da publicação dos materiais, para mais tarde elas se fazerem como deve ser”. Com efeito, as sínteses, para terem algum valor, devem basear-se na evidência material, a que João Manuel Bairrão Oleiro, quer como arqueólogo e pedagogo, quer como gestor e decisor, deu sempre primacial importância, desde o estudo da mais singular peça de museu à estrutura arquitectónica de excepção, sem esquecer as questões relacionadas com a conservação, a musealização e o restauro de umas e de outras.

Amavelmente elaborada e cedida pelo Professor Doutor João Luís Cardoso